

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 18.

1 Em conquista histórica, depois de muitos anos de luta e parceria entre o estado, o produtor rural e demais instituições ligadas ao setor agropecuário, Rondônia finalmente foi reconhecida, em maio de 2021, como zona livre de febre aftosa sem vacinação. O anúncio do novo *status* sanitário foi feito em assembleia geral da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), na França, e traz consigo a promessa de grandes negócios e oportunidades.

Júlio Cesar Rocha Peres, presidente da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (Idaron), explica que o reconhecimento também impõe desafios, que será preciso manter o rigor nos cuidados sanitários e que o produtor rural terá papel ainda mais importante para garantir a manutenção desse novo *status* sanitário. “O produtor rural, que sempre esteve engajado nas ações desenvolvidas pelo governo estadual, continuará a ter grande importância na prevenção de doenças em nosso gado”, salientou.

10 Segundo ele, na área da economia, a expectativa é que as exportações aumentem e que o ano de 2021 feche com mais de 756 milhões de dólares em exportação de carne. Outra boa notícia é que, com o reconhecimento internacional, a carne produzida em Rondônia poderá ser exportada para países que pagam melhor a arroba do boi, como as nações da União Europeia e o Japão.

Ainda sobre o reconhecimento internacional, Júlio Peres explica que o produtor aceitou os desafios e cumpriu todas as exigências impostas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pela OIE. “Em contrapartida, o governo estadual fortaleceu a Idaron, o que possibilitou o controle de trânsito, a inspeção sanitária e o trabalho de educação sanitária em todos os municípios, distritos e localidades, em todas as regiões do estado, inclusive em áreas de rios e mata, onde o acesso é restrito. Isso garante certificação de qualidade ao boi produzido em Rondônia. Hoje, por terra, água ou ar, a Idaron consegue atender o produtor rural, sem restrições”.

Já na expectativa de alcançar a chancela da OIE, o governo de Rondônia investiu, em apenas dois anos, mais de R\$ 40 milhões na Idaron, com renovação e ampliação da frota, aquisição de um avião anfíbio, reforma de dois barcos que atuam na fronteira, compra de quatro quadriciclos, para acessar áreas de atoleiro, e ampliou a rede de comunicação, para que o pecuarista pudesse acessar os serviços da Idaron pela Internet ou celular. “Para este ano, ainda está prevista a aquisição de 11 vans, mais 30 caminhonetes e vinte veículos leves, além de equipamento e material para aprimoramento do trabalho desenvolvido pelos profissionais da Agência”, afirmou Júlio Cesar.

Outra peça fundamental nesse processo de erradicação da febre aftosa, além dos próprios criadores e do poder público, é o Fundo Emergencial da Febre Aftosa do Estado de Rondônia (Fefa), criado pela iniciativa privada para reforçar o sistema de defesa sanitária e garantir segurança aos produtores.

“O *status* mundial de área livre de aftosa é um referencial de primeira linha, algo que os setores da produção almejavam havia muito tempo. Para o Fefa, é uma caminhada importante, que começou com a constituição do fundo e com investimentos no fortalecimento do sistema de defesa”, comenta o presidente do Fundo, José Vidal Hilgert.

Internet: <agrorondonia.com.br> (com adaptações).

A respeito do texto e de seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 1 a 8.

- 1 O principal objetivo do texto, que se caracteriza como dissertativo-informativo, é dar conhecimento ao público leitor de que, em 2021, o estado de Rondônia arrecadará mais de 756 milhões de dólares com a exportação de carne para a União Europeia e para o Japão.
- 2 Entende-se da leitura do texto que o investimento do governo de Rondônia na Idaron teve importante papel no reconhecimento internacional do estado como zona livre de febre aftosa sem vacinação.
- 3 O emprego de vírgula após “rural” (linha 7) e “estadual” (linha 8) justifica-se por isolar oração subordinada adjetiva de sentido explicativo.
- 4 Nas orações “que as exportações aumentem” (linha 10) e “que o ano de 2021 feche com mais de 756 milhões de dólares em exportação de carne” (linhas 10 e 11), os verbos estão flexionados no presente do subjuntivo.

- 5 O vocábulo “melhor” (linha 12) exerce, na oração em que se insere, função adverbial.
- 6 Na linha 20, estariam mantidas a correção gramatical do texto e as relações sintáticas e semânticas estabelecidas entre os elementos que compõem o período caso a expressão “em apenas dois anos” fosse deslocada, com as vírgulas que a isolam, para imediatamente depois da forma verbal “alcançar”.
- 7 Na linha 31, o sujeito da oração “comenta o presidente do Fundo”, que não está explícito no texto, remete ao referente “José Vidal Hilgert”.
- 8 Os vocábulos “Rondônia”, “anúncio” e “área” são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

Considerando a correção gramatical e a coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens de 9 a 13.

- 9 “depois de” (linha 1) por **passados**
- 10 “com o” (linha 11) por **em razão do**
- 11 “onde” (linha 17) por **cujo**
- 12 “almejavam” (linha 29) por **competiam**
- 13 “havia” (linha 30) por **faziam**

Julgue os itens 14 e 15, no que se refere à correção gramatical e à coerência da proposta de reescrita para cada um dos trechos destacados do texto.

- 14 “O anúncio do novo *status* sanitário foi feito em assembleia geral da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), na França, e traz consigo a promessa de grandes negócios e oportunidades.” (linhas 3 e 4): **O anúncio do novo *status* sanitário, feito em assembleia geral da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), na França, traça o prognóstico de grandes negócios e oportunidades.**
- 15 “explica que o reconhecimento também impõe desafios: será preciso manter o rigor nos cuidados sanitários e o produtor rural terá papel ainda mais importante para garantir a manutenção desse novo *status* sanitário.” (linhas 6 e 7): **explica que o reconhecimento também impõe desafios: será preciso manter o rigor nos cuidados sanitários e o produtor rural terá papel ainda mais importante para garantir a manutenção desse novo *status* sanitário.**

Considerando os mecanismos de coesão no texto, julgue os itens de 16 a 18 quanto à correta correspondência entre o termo destacado e o respectivo elemento de referência.

- 16 “Isso” (linha 18) – “o reconhecimento internacional” (linha 14)
- 17 “algo” (linha 29) – “um referencial de primeira linha” (linha 29)
- 18 “que” (linha 30), em “que começou” – “o Fefa” (linha 30)

Com relação à correção gramatical dos trechos apresentados e à adequação da linguagem à correspondência oficial, julgue os itens 19 e 20.

- 19 Informamos que as atividades de fiscalização do CRMV-RO são executadas exclusivamente por funcionários públicos, selecionados por meio de concurso público e seus fiscais possuem documento de identidade funcional que poderão ser exigidos por ocasião da inspeção no estabelecimento.
- 20 Esclarecemos que quando em atividade funcional, os fiscais do CRMV-RO tem livre acesso com consentimento do proprietário às dependências do estabelecimento, bem como à informações e documentos pertinentes às atividades de fiscalização do exercício profissional.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca do sistema operacional Windows 10, julgue os itens de 21 a 23.

- 21 O sensor de armazenamento é um recurso presente no Windows 10 que pode ser utilizado para liberar espaço em disco automaticamente, livrando-se apenas de arquivos temporários ou conteúdos presentes na lixeira.
- 22 O recurso Restauração do Sistema, embora não afete os arquivos pessoais do utilizador, pode remover aplicativos e *drivers* de dispositivos instalados após a criação do ponto de restauração.
- 23 Por meio do utilitário Limpeza de Disco, disponível no Windows 10, é possível se realizar uma varredura e a desfragmentação de volumes de armazenamento.

Julgue os itens de 24 a 26, relativos aos aplicativos Word 365, Excel 365 e Powerpoint 365.

- 24 O recurso de coautoria presente no Microsoft Word 365 apenas possibilita que dois ou mais utilizadores visualizem um documento do Word 365 no modo somente leitura.
- 25 O recurso Analisar Dados do Excel 365 possibilita analisar um intervalo de dados selecionado, fornecendo resumos visuais, tendências e padrões.
- 26 O Powerpoint 365 não possui a funcionalidade de criar um GIF animado a partir de uma apresentação de *slides*.

A respeito dos programas de navegação Mozilla Firefox e Google Chrome, em suas últimas versões, no idioma português, de noções de vírus, *worms* e pragas virtuais e dos procedimentos de segurança da informação, julgue os itens de 27 a 30.

- 27 O Firefox Sync possibilita a sincronização de extensões entre dispositivos.
- 28 A navegação privativa do Google Chrome mantém um histórico de navegação temporário, que é excluído ao se fechar a janela de navegação.
- 29 Um *worm* é um tipo de código malicioso capaz de se propagar em um ambiente de rede, explorando as vulnerabilidades existentes.
- 30 O uso de senhas fortes e de um gerenciador de senhas é suficiente para proteger o acesso a uma conta, sendo dispensável o uso do duplo fator de autenticação.



Sabendo que a proposição “Neymar é craque” é verdadeira e que a proposição “A Inglaterra é o país do futebol” é falsa, julgue os itens de **31 a 33**.

- 31** A proposição “Se a Inglaterra é o país do futebol, então Neymar é craque” é verdadeira.
- 32** A proposição “Se a Inglaterra é o país do futebol, então Neymar não é craque” é verdadeira.
- 33** A oração “O gabarito é CERTO!” é um exemplo de proposição.

Com relação à equação $(x^2 - 5x + 3)^2 + 2x^2 - 10x + 7 = 0$, julgue os itens **34 e 35**.

- 34** Se $y = x^2 - 5x + 3$, então $y = -1$.
- 35** As raízes dessa equação são quadrados perfeitos.

Em um grande evento multiesportivo internacional, o Brasil ganhou vinte e uma medalhas, dentre ouro, prata e bronze. As medalhas de ouro e prata pesam 550 gramas cada, enquanto as medalhas de bronze pesam 450 gramas. Sabe-se, ainda, que, juntas, as medalhas do Brasil pesam 10 quilos e 750 gramas e que um terço das medalhas foram de ouro.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens **36 e 37**.

- 36** O Brasil ganhou mais medalhas de prata do que de bronze.
- 37** Escolhendo-se uma das medalhas do Brasil ao acaso, a probabilidade de ela não ser de prata é menor que 70%.

Em uma sala de aula, há 120 estudantes, dos quais o número de destros do sexo masculino é igual ao número de destros do sexo feminino, 15% são canhotos, exatamente 7 dos canhotos são do sexo masculino e nenhum é ambidestro.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **38 a 40**.

- 38** Há mais estudantes do sexo feminino que do sexo masculino.
- 39** Há exatamente 7.140 maneiras de se formar uma dupla com estudantes do mesmo sexo.
- 40** A probabilidade de um estudante ser destro ou do sexo feminino é igual a $\frac{17}{40}$.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

No que se refere aos atos de improbidade administrativa, julgue os itens de **41 a 50**.

- 41** São puníveis os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual.
- 42** As penalidades decorrentes da prática de atos administrativos não se aplicam àqueles que, não sendo agentes públicos, induzam ou concorram para a prática da conduta ímproba.
- 43** Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe sejam afetos.
- 44** No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou o terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- 45** O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou enriquecer ilicitamente estará sujeito às cominações legais até o limite do valor da herança.
- 46** Será punido com a pena de advertência o agente público que prestar falsa declaração sobre os bens e valores que compõem o seu patrimônio.
- 47** Nas ações por atos de improbidade administrativa, é possível a celebração de acordo de não persecução cível.
- 48** Em razão da necessidade de preservação do interesse público, a propositura de ação por ato de improbidade administrativa não induzirá a prevenção do juízo para as demandas futuras que possuam o mesmo objeto ou a mesma causa de pedir.
- 49** Da decisão judicial que receber a petição inicial das ações por atos de improbidade administrativa, caberá apelação.
- 50** Nas ações por atos de improbidade administrativa, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos efetivar-se-ão após a decisão condenatória em segunda instância.

Quando aos processos administrativos, julgue os itens de **51 a 65**.

- 51** Nos processos administrativos, em razão da possibilidade de rediscussão judicial de seus objetos, não há necessidade de observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 52** Nos processos administrativos, os administrados não possuem o dever de colaborar para o esclarecimento dos fatos, já que este ônus recai sobre a Administração.
- 53** O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
- 54** Os órgãos e as entidades administrativas deverão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.

- 55** Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.
- 56** A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos aos quais foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- 57** É lícita a delegação de competências para a edição de atos de caráter normativo.
- 58** Uma vez delegada a competência, a autoridade delegante somente poderá revogar a delegação após o prazo de trinta dias.
- 59** Pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o segundo grau.
- 60** Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- 61** Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
- 62** A autenticação de documentos exigidos em cópia não poderá ser feita pelo órgão administrativo, sendo necessária a atuação da autoridade notarial competente.
- 63** O interessado somente poderá desistir integralmente dos pedidos formulados em processos administrativos, sendo vedada a desistência parcial.
- 64** Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se do modo menos oneroso para estes.
- 65** Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

Com relação ao acesso à informação, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** O serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito, sendo terminantemente vedada qualquer cobrança a ele relacionada.
- 67** No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de dez dias, a contar da sua ciência.
- 68** A pessoa física ou a entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e deixar de observar o respectivo dever de sigilo somente estará sujeita à aplicação de multas ou advertências.
- 69** Não poderá ser negado o acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- 70** A informação em poder dos órgãos e das entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta, reservada, oculta ou indisponível.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito do exercício da profissão de médico-veterinário e dos respectivos conselhos profissionais, julgue os itens de **71 a 85**.

- 71** Somente os portadores de diplomas expedidos por escolas oficiais ou sediadas no Brasil poderão exercer a profissão de médico-veterinário.
- 72** Os profissionais estrangeiros contratados em caráter provisório pela União somente poderão exercer a profissão de médico-veterinário após a obtenção de carteira profissional expedida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária.
- 73** O planejamento e a execução da defesa sanitária animal é atividade de competência privativa do médico-veterinário.
- 74** A padronização e a classificação dos produtos de origem animal é atividade de competência do médico-veterinário.
- 75** O Conselho Federal de Medicina Veterinária tem por finalidade, além da fiscalização do exercício profissional, orientar, supervisionar e disciplinar as atividades relativas à profissão de médico-veterinário em todo o território nacional, diretamente ou por meio dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária.
- 76** O Conselho Federal de Medicina Veterinária e os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária constituem, em seu conjunto, uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira.
- 77** O Conselho Federal de Medicina Veterinária será constituído apenas de brasileiros natos em pleno gozo de seus direitos civis, cujos diplomas profissionais estejam registrados de acordo com a legislação em vigor.
- 78** Os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária serão constituídos, à semelhança do Conselho Federal, de, no mínimo, oito membros e de, no máximo, 22 membros, eleitos por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, em assembleia geral dos médicos-veterinários inscritos nas respectivas regiões e que estejam em pleno gozo dos seus direitos.
- 79** Organizar o seu respectivo regimento interno é uma das atribuições do Conselho Federal de Medicina Veterinária.
- 80** A responsabilidade administrativa de cada Conselho Regional de Medicina Veterinária cabe ao respectivo presidente, inclusive a prestação de contas perante o órgão federal competente.
- 81** O exercício do cargo de conselheiro regional é incompatível com o de membro do Conselho Federal.
- 82** O médico-veterinário que, inscrito no Conselho Regional de um estado, passar a exercer a atividade profissional em outro estado, em caráter permanente, assim entendido o exercício da profissão por mais de 180 dias, ficará obrigado a requerer inscrição secundária no quadro respectivo ou para ele se transferir.

- 83** O poder de disciplinar e de aplicar penalidades aos médicos-veterinários compete exclusivamente ao Conselho Regional em que estejam inscritos ao tempo do fato punível.
- 84** A taxa de expedição da carteira profissional não constitui renda do Conselho Federal de Medicina Veterinária.
- 85** A taxa de expedição da carteira profissional dos médicos-veterinários será fixada pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Acerca do exercício da profissão de zootecnista, julgue os itens de **86 a 90**.

- 86** O profissional diplomado no estrangeiro que tenha revalidado e registrado seu diploma no Brasil, na forma da legislação em vigor, poderá exercer a profissão de zootecnista.
- 87** Planejar, dirigir e realizar pesquisas que visem a informar e a orientar a criação dos animais domésticos, em todos os seus ramos e aspectos, é atividade privativa do zootecnista.
- 88** A fiscalização do exercício da profissão de zootecnista será exercida, exclusivamente, pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária.
- 89** Somente os médicos-veterinários diplomados na forma da legislação em vigor poderão exercer a profissão de zootecnista.
- 90** O poder de disciplinar e de aplicar penalidades ao zootecnista compete exclusivamente ao Conselho Regional em que estiver inscrito ao tempo da falta punível e derrogará a competência da jurisdição comum nos casos em que a falta cometida constituir crime.

No que se refere à cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, julgue os itens de **91 a 100**.

- 91** A execução judicial para cobrança da dívida ativa da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e das respectivas autarquias será regida, exclusivamente, pelo Código de Processo Civil.
- 92** O termo de inscrição de dívida ativa deverá conter, obrigatoriamente, a indicação do domicílio do devedor.
- 93** A certidão de dívida ativa conterá os mesmos elementos do termo de inscrição e será autenticada pela autoridade competente.
- 94** O termo de inscrição e a certidão de dívida ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.
- 95** A certidão de dívida ativa poderá ser emendada ou substituída a qualquer tempo durante o trâmite da execução fiscal, desde que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado.

- 96** A dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.
- 97** A execução fiscal não poderá ser promovida contra o espólio do devedor.
- 98** Na execução fiscal, o executado será citado para, no prazo de cinco dias, pagar a dívida, com os juros, a multa de mora e os encargos indicados na certidão de dívida ativa, ou garantir a execução.
- 99** A execução fiscal não poderá ser garantida por bens oferecidos por terceiros.
- 100** Na execução fiscal, a penhora de títulos da dívida pública tem preferência sobre a penhora de bens semoventes.

Com relação ao Regimento Interno Padrão dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, julgue os itens de **101 a 105**.

- 101** É competência do plenário dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária funcionar como “tribunal de honra”, zelando pelo prestígio e pelo bom nome das profissões.
- 102** O conselheiro poderá, mediante requerimento dirigido à presidência e submetido ao plenário, solicitar licença por período não superior a dezoito meses, observado, sempre, o prazo do mandato que, se ultrapassado, acarretará, de plano, a declaração de vacância do cargo.
- 103** A diretoria executiva reunir-se-á, obrigatoriamente, a cada quinze dias.
- 104** No cumprimento de suas atribuições legais e regimentais, o presidente poderá deslocar-se, sempre que julgar necessário, às expensas do Conselho, cabendo-lhe relatar ao plenário, em sessão imediatamente seguinte, as viagens efetuadas.
- 105** O plenário de cada Conselho Regional de Medicina Veterinária reunir-se-á em sessões ordinárias mensais, mediante calendário anual, sendo re-ratificada, em cada sessão, a data da seguinte.

Quanto às normas de fiscalização de procedimentos administrativos no âmbito do Conselho Federal de Medicina Veterinária e dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, julgue os itens de **106 a 110**.

- 106** Tendo sido lavrado o auto de infração, o autuado terá 45 dias, a contar do dia seguinte à lavratura do documento, para apresentar defesa administrativa ou regularizar sua situação perante o Conselho Regional de Medicina Veterinária.
- 107** Decorridos sessenta dias sem que o autuado apresente defesa administrativa ou regularize sua situação perante o Conselho Regional de Medicina Veterinária, será lavrado o auto de multa.
- 108** O recurso contra o auto de multa poderá ser apresentado até cinco dias após a data de seu vencimento.

- 109** Sendo apresentada defesa contra o auto de infração ou recurso contra o auto de multa, será suspenso o pagamento do auto de multa até decisão do plenário do Conselho Regional de Medicina Veterinária.
- 110** Por decisão do plenário, o auto de multa poderá ser cancelado se, até o vencimento do respectivo boleto, houver a regularização da infração apontada no auto de infração.

À luz do Código de Processo Ético-profissional no âmbito do sistema do Conselho Federal de Medicina Veterinária e dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, julgue os itens de **111 a 120**.

- 111** Em caso de a testemunha se encontrar, por ocasião da instrução, fora da jurisdição do Conselho Regional de Medicina Veterinária, o processo ficará suspenso por até dois anos.
- 112** O conselheiro poderá exercer suas funções no processo em que tiver prestado depoimento como testemunha.
- 113** Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do conselheiro quando este for interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.
- 114** Suscitada a suspeição ou o impedimento por escrito e de forma fundamentada, deverá o conselheiro se manifestar no prazo de três dias.
- 115** Não reconhecido o impedimento ou a suspeição, será o suscitante intimado da decisão para, querendo, ajuizar a medida judicial cabível, em razão da inexistência de previsão de recurso administrativo.
- 116** Nenhum ato será declarado nulo se não resultar em prejuízo às partes.
- 117** A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.
- 118** As denúncias, sob pena de arquivamento sumário pelo presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária, deverão conter nome, assinatura, endereço e inscrição no CNPJ ou CPF do denunciante e estar acompanhadas de provas suficientes à demonstração do alegado ou indicar os elementos de comprovação.
- 119** Recebidos os autos do processo ético-disciplinar, caberá ao instrutor determinar a notificação do denunciado para, no prazo de quinze dias, apresentar defesa.
- 120** Nos casos em que houver ônus pecuniário para a obtenção de provas solicitadas pelos interessados, incumbirá ao Conselho Regional de Medicina Veterinária arcar com as respectivas despesas.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Quando nenhuma vacina, nenhum tratamento, nenhuma cirurgia, nenhuma fisioterapia ou nenhum medicamento funciona para melhorar a qualidade de vida ou prolongar a vida dos animais de estimação, é comum optar-se pela eutanásia. No dia 17 de maio de 2012, foi publicada, no Diário Oficial da União, uma resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária que apresentava novas regras para a regulamentação desse procedimento e para torná-lo mais ético.

Internet: <<http://g1.globo.com>> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Eutanásia em animais

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) o conceito de eutanásia em animais;
- b) as hipóteses em que a eutanásia em animais pode ser indicada; e
- c) a diferenciação entre os métodos aceitáveis e os métodos aceitos sob restrição.